

# Para a questão da habitação no Rio: uma breve história urbana de longa duração da habitação social carioca

Housing in Rio: A brief long-term urban history of social housing

Frederico Oliveira Alfaix Assis

\* Doctorando en Planeamiento Urbano y Regional del Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Universidade Federal de Rio de Janeiro, UFRJ). Magister en Memoria Social (Universidade Federal del Estado de Rio de Janeiro, UNIRIO).  
✉ fredericoassisbrasil@yahoo.com.br

RECIBIDO: 30.6.2015

ACEPTADO: 24.9.2015

## Resumen

A partir de una perspectiva de larga duración es posible pensar las políticas públicas de vivienda social frente al caos social urbano de Río de Janeiro, situados entre la remoción y/o reurbanización de los asentamientos precarios (*favelas*). Esto permite analizar comparativamente acciones y representaciones urbanísticas distintas desde fines del siglo XIX: el modelo de los médicos higienistas y de los ingenieros que resultaron en la Reforma Passos y el Plan Agache; el de la vivienda social del intervencionismo estatal varguista anticomunista (IAP); la experiencia de la planificación solidarista del Proyecto y Condominio São Sebastião (Leblon), posterior a la crisis del keynesianismo estatal e influida por el movimiento Economía y Humanismo; el rescate del modelo habitacional varguista con el Banco Nacional de Habitação durante el período militar a través de prácticas de remoción y construcción, así como de reurbanización (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades); recientemente, *Minha Casa, Minha Vida* y su práctica de gentrificación de áreas centrales y, por fin, el retorno a las prácticas eugenistas e higienistas de los grandes eventos globalizadores en Río de Janeiro con la reforma Paez.

**Palabras clave:** vivienda, política social, Estado de bienestar, necesidad de vivienda, zona insalubre, Brasil

## Abstract

From a perspective of long-term it is possible to think the public policies of social dwelling in front of the urbane social challenges of the Rio de Janeiro through the removal and/or reurbanization of slum. This point of view allows criticize comparatively different town planning actions-representations, since end of XIX: of the medical and engineers (Passos Reform and Agache Plan); the dwelling social of Welfare State anticommunist of Vargas (IAP's); after the crisis of this model, under the influence of Economy and Humanism movement, the experience of the urban planning of the Project and São Sebastião (Leblon); the redemption of Vargas policies in dwelling with BNH's in the military period with practices of removal / construction and reurbanization (CODESCO); «My House, My Life» and his practice of replace people from slum far away, and after, the return of removal practices with the global Great Events in the Rio de Janeiro in the Paez Reform.

**Keywords:** housing, social policy, State, housing needs, slums, Brazil

---

*Pari passu*, mas com deságio de 30 anos, ao que já ocorria em outras grandes cidades, como Paris, após o advento da República Militar e sua retórica positivista anti coronelista e monarquista, uma radical reforma urbana por «forças humanas e não humanas» (Bechimol, 2008, p. 234) foi empreendida na candente gestão do engenheiro Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro, ex-capital da colônia, do Império e, à época, capital da República. Desde do período colonial, a cidade do Rio de Janeiro, desempenhou pífio controle social urbanístico estético e sanitário. Essa Reforma, no entanto, é fluxo mais perceptível de um processo moroso, iniciado após tentativas anteriores de sistematizar remodelações da fisionomia e estrutura urbana, mormente, no tocante a habitação popular e operária (Lobo, Carvalho, Stanley, 1989). Os seus efeitos práticos e simbólicos vão nortear também a tônica seletivamente segregacionista das políticas públicas de ordenamento urbano na capital fluminense em sua contemporaneidade.

Quando Rio de Janeiro fora a primeira e única capital imperial <sup>1</sup> das Américas, recebeu muitos investimentos e equipamentos públicos e privados de infraestrutura.

---

1 A queda da monarquia portuguesa no Brasil apontou para um determinado grau de descentralização do poder político e econômico concentrado, até então, capital federal - com início de valorização de outras elites regionais no cenário político nacional coronelista. Com a urbanização brasileira no primeiro quinquênio do século XX, a imponderabilidade e especulação espacial se tornou um drama e karma social, no que resultou no processo favelização, iniciado no século anterior (Fridman, 1994). Com a transferência da capital federal para a Brasília e a diminuição do *status* político da cidade, acompanhado de um processo aumento do subemprego e deseconomia latente (por não ela uma cidade industrial com oferta de empregos em abundância) e crise identitária. O que não prejudicou a memória de cidade maravilhosa capitalizada, sobretudo, na música (Bossa Nova) e cultura televisiva (novelas) a projetar (inter)nacionalmente uma imagem idílica de cidade, fator motivacional de novos fluxos migratórios - em momento mais revitalizado da economia por causa principalmente, de *royalties* recursos minerais e turismo de eventos.

Porém, voltados em sua maioria para o deleite cultural de uma aristocracia portuguesa e brasileira. Incompatíveis, assim, com o crescente caos social gerados por uma economia ex-escravocrata em relação à questão habitacional, demográfica, trabalhista e sanitária – essa última, por sua vez, subdividida em imperativos climáticos e geográficos (ibid.) da maior cidade e mais populosa cidade brasileira no início do século XX. Tal descompasso eram «oriundas da crescente incompatibilidade da velha estrutura material e as novas relações econômicas capitalistas que nela se enraizavam (ibid, p. 236)». Com o intenso fluxo sinérgico de pessoas, sobretudo, mestiços, migrantes e imigrantes, no Centro do Rio para trabalhar e morar, muitas vezes em cortiços, a proliferação de doenças tinha a incubadora perfeita para fomentar altos índices de mortalidade (ibid.). Tal feito, abria espaço para explicações médico-higienistas e bacteriologistas de ambição científica, que nortearam as diretrizes urbanísticas da época, no sentido, de constituir uma cidade material e etnicamente limpa que «extirpasse» grandes núcleos de aglomerados urbanos, como os cortiços e favelas centrais, não somente pelo número de pessoas contidas, mas também, pelos maus hábitos de higiene pessoal e social.

Foram, esses doutores de tal forma: «[...] os primeiros a formular um discurso articulado sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções, mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do 'organismo urbano' (ibid., p. 239)». Influenciado pela perspectiva organicista da Ecologia Humana Urbana (primeira geração da Escola de Chicago),<sup>2</sup> até mesmo questões sociais «crônicas» eram traduzidas por metáforas biológicas patologicizantes ou disfuncionais (Bonduki, 1988), de forma, que o aumento de epidemias, impeliu a sociedade a endossar esse discurso médico social como instrumento científico de urbanismo, o que cria as condições simbólicas favoráveis para a afrancesada Reforma Passos (Bechimol, 2008). A mesma tinha aspectos médico-sanitaristas e comportamentais-ideológicos, mas também estéticos visuais – esse último que viria a ser mais enfatizado na grande proposta urbanística posterior, o Plano Agache (Valladares, 2005).

Destarte, a degradação e estigma corporal, moral e visual estavam ligados à degradação sócio urbanística e vice versa – a simbiose metonímica das condições de vida biológicas, sociais e urbanas do cortiço como amostra do caráter moral dos seus habitantes enquanto grupo social (Azevedo, 2005). Por trás da retórica medicinal, havia um eugenismo eurocêntrico do que seria civilizado ou não, o que condenava boa parte dos hábitos populares com base na polifonia de mestiços nas ruas com aplicação de fiscalização de posturas, multas ou vacinas – o que gerou a tragicômica Revolta da Vacina, contra a campanha de vacinação obrigatória (ibid.). Em relação a obras urbanísticas, o foco principal foi o sanea-

---

2 Conceito de área natural de Park sobre as forças competitivas naturais em equilíbrio também 'natural' de adaptação social ao ambiente urbano. E de zonas concêntricas de Burgess, que partir de processos de competição, dominação, sucessão e invasão dessas áreas naturais informou, a gerar uma segregação 'natural' na estrutura urbana (Monte-Mór, 2006).

mento das vias públicas, pilar basal para «[...] permitir saúde pública, circulação urbana e transformação das formas de ocupação dos espaços atravessados pelas novas artérias (ibid., 2008, p. 239)». As condições políticas seriam dadas pela eleição de Rodrigues Alves para presidente, que elencou a pauta da insalubridade urbana do Rio de Janeiro como uma das prioridades do governo – o que incluiu endividamento externo para revitalizar e higienizar o porto do Rio e a construção da Avenida Central (Rio Branco), que permitiria em um só movimento de demolição trazer um canal de ventilação e *glamour* para a cidade (ibid.).

Mais de 100 anos depois, Rio voltaria a ser palco de intervenções urbanísticas em prol de maior circulação (Reforma Paez), não mais de ar, agora de carros (os novos micróbios) com a iminência de eventos esportivos internacionais (Copa e Olimpíadas) – o que só se equiparam em investimento e impacto sócio urbanísticos na cidade de infraestrutura ao empreendidos à época da mudança da família real portuguesa e sua matriz arquetípica, a Reforma Passos. Com veemência megalomânica e grandiloquente positivista, retornam ao espaço público políticas públicas e discursivos-normativos, agora embevecidos por uma perspectiva neoliberal globalizante de governança.<sup>3</sup> Mas entre o cortiço e o PMCMV (Programa Minha Casa, Minha Vida<sup>4</sup>) *démarches* sociais e institucionais de remoção – com remoções seguidas de construções de habitações sociais verticais – ou reurbanização de favelas – com implantação de equipamentos públicos modernizadores –, se revezaram ou se complementaram em muitas correntes de pensamento social de grupos políticos e sociais envolvidos e interessados na questão da moradia social e propriedade fundiária no Brasil. Em busca de uma compreensão interdisciplinar dessa questão multidimensional e temporal da moradia social no Rio de Janeiro, se faz mister ser revisitados as políticas públicas e ideologias principais que concorreram para dar conta da complexidade mutante do tecido político social total.

Como já mencionado, o problema da falta de habitação, ou pelo menos, salubridade das mesmas, já havia suscitado reformas higienistas e eugenistas por parte dos atores políticos que podem ser exemplificados no contexto ideológico positivista que envolve a Reforma Passos (Bechamol, 2008). O primeiro esboço de reforma urbanística no Brasil tem como tônica principal a saúde pública comprometida pelo tipo de habitação conhecido como cortiço. A questão habitacional não é tratada, se não colateralmente, o que até estimula um primeiro pico de favelização na década de 30 (Fridman, 1994), até porque com o aumento da fiscalização e destruição de cortiços, muitos moradores foram descentrados. Em meio ao aumento da migração para cidades a agravar à situação já caótica da habitação urbana, o Estado e, posteriormente, a Igreja, eram impelidos a atuar paliativamente com práticas assistencialistas e filantrópicas. Até porque, apesar de em

---

3 Como a política do Prefeito Paez, «Choque de Ordem» e «Lixo Zero» e do governador Sérgio Cabral «Unidade de Polícia Pacificadora» (UPP's) e «Lapa Presença».

4 Programa de habitação de interesse social do governo Dilma (Partido dos Trabalhadores).

grande parte desse período populista da história política Brasileira, o partido comunista ter estado na clandestinidade e o sindicato sob custódia do Estado (Gomes, 1979), a ameaça do comunismo era premente nas camadas sociais mais bases na cidade e no campo. As iniciativas como IAP's/FCP do governo Vargas, no entanto, apesar de megalomaniacas no projeto e na divulgação, não eram laureadas por execuções satisfatórias de suas metas, o que corrobora a suspeita do caráter de apaziguador ideológico de tais políticas públicas com as elites econômicas. Premente já antes da Revolução de 30, já era o desejo de «[...] eliminar os cortiços [por progressão, as favelas] do centro da cidade e segregar o trabalhador na periferia, reduzindo assim o custo das moradias e ampliando a distância física entre as classes sociais (Bonduki, 1988, p. 77)».

Em relação a políticas estatais varguistas de habitação social eram aplicados e capitalizados os recursos dos Institutos de Aposentadorias e Pensões de categorias profissionais proeminentes (os IAP's) – que apesar de ter influência anarquista, foram aprovados em 1937 no Congresso compressão do setor católico. Os critérios de universalização na contemplação das moradias (em suas diversas modalidades A, B e C) para os seus associados não eram seguidos, em face de uma política fragmentada e corporativista, que mais entrou do que contribuiu para a habitação social no Brasil, segundo Bonduki (ibid.). Apesar do Estado Intervencionista Varguista ter alardeado massivamente sobre a urgência da edificação de um lar-nação para todos os trabalhadores brasileiros, a base de motivações era constituída do mesmo espírito eugenismo urbanístico geral da Reforma Passos. Os objetivos eram também coibir as monstruosidades humanas, como maus hábitos potencializados pelos aglomerados habitacionais, como nos mostra Azevedo no livro «Cortiço» (1995).

Posteriormente, nos anos 40, a criação da Fundação da Casa Própria (FCP), que fracassa pelo não repasse dos recursos previstos provenientes dos Estados, na missão de unificar as ações dos fundos operados pelo Estado em prol de permitir menor corporativismo sindical. O que era observado no critério de escolha dos contemplados pelos IAP's para receber o direito de alugar ou comprar moradia em Conjuntos Habitacionais (Plano A), carta de crédito de financiamento individual (B) e empréstimos hipotecários para pessoas físicas e jurídicas (C) (ibid.) – esse último responsável pelo *boom* imobiliário vertical do Flamengo, Botafogo, Copacabana, Centro e parte de Botafogo.

No começo do século, apesar da política higienista eugenista em Rio de Janeiro e São Paulo não impactaram sobressalentemente em prejuízo do mercado rentista (ibid.). Apesar de que no Rio de Janeiro, a abertura da Avenida Rio Branco obrigou a remoção de cortiços ao longo de onde seria aberta a via, em geral, somente os casos mais calamitosos foram alvo de uma intervenção estatal (federal ou estadual). Vargas, influenciado pelo integralismo de Plínio Salgado, tinha uma postura anti-comunista, porém anti-liberal – no que revela nuances intervencionismo econômico anti-imperialista e comunista na economia através de instâncias autárquicas tecnoburocratas (Ianni, 1971). A desregionalização do poder político empreendido por Vargas (e com «cremação» dos nacionalismos

regionais em prol de uma só nação coesa e soberana), não significou, no entanto, o não atendimento das demandas dos interesses das elites e oligarquias econômicas rurais e urbanas. Como Ianni mostra (ibid.), a criação de vários Institutos de fomento e democratização das perdas cíclicas de vários setores da economia. Mesmo no caso das cidades, a regulamentação de uma legislação trabalhista cidadã no regime Vargas, se revela, apesar das resistências das classes patronais urbanas em aplicarem as leis e na tentativa de tornar morosas as tramitações das mesmas, a defesa nacional contra o comunismo: um inimigo comum ao mercado (seja ele intervencionado pelo Estado ou não) com utilização de aparato de inteligência e propaganda técnicas. Pois no apoio popular do governo Vargas obtido através do trabalhismo e do «habitação» – esse último com ampla «benção» da Doutrina Social da Igreja – reside na criação de uma mentalidade integralista nacionalista do arquétipo de cidadão brasileiro digno, cristão e polido (etiqueta social e dever cívico). Para o qual o cortiço, constituía em ameaça, concomitantemente, ao fato de que projetos de habitação unifamiliares, sobretudo com *empowerment* de propriedade por parte do assistido, permitiam uma espécie de ilusão de crescimento econômico:

[...] a família não poderia desempenhar seu papel edificante da nova ordem se não constituísse um lar – associação simbólica de espaço físico e ambiente doméstico –, só possível numa casa individual. No cortiço e em outras habitações coletivas seria inviável a vida familiar plena e normal, devido às tentações, à infidelidade, à delinquência, aos maus hábitos. Por essa concepção, o meio corrompia e anulava os esforços empreendidos pelo Estado e pela Igreja – pela sociedade, e fim – para difundir as normas do bom comportamento e da moral cristã (Bonduki, 1988, p. 85). [...] Além de criar a ilusão do progresso econômico, contribuindo para a estabilidade da ordem macropolítica, a habitação passou a ser considerada fundamento da constituição moral da sociedade e do bom trabalhador avesso à desejos e práticas desviantes. Portanto, se a casa própria e a difusão da propriedade garantiam a ordem política, no nível micropolítico a reprodução da moral burguesa e sua dócil aceitação pelo operariado só seria possível através da moradia individual e da eliminação dos cortiços. Nesse sentido, o papel da família, com sua função de reproduzir a ordem e moral estabelecida, era essencial (ibid., p. 184).

O projeto Cruzada São Sebastião se dá, assim, em um momento histórico nacional capcioso e favorável a iniciativas sociais de Planejamento Urbano e Regional. Nos anos ulteriores se verificou a germinação de uma política de bem estar social e habitacional sócio estatal (Bonduki, 1988), concernente a um nacional desenvolvimentismo *planejamentista* liberal, que seria radicalizada com o mandato de J. K., eleito em 1955, justamente, no ano em que a Cruzada era inaugurada pela Igreja Católica no Rio de Janeiro – esse ponto será retomado. A Igreja Católica, por meio de suas encíclicas papais, já assimilava os preceitos teóricos do solidarismo papal (Ullmann, 1993), uma espécie de *política de bem-estar social*

*da Igreja*. No Brasil, essa vertente assumiu grande envergadura intervencionista social e urbanística, entre o final do Estado Novo e o início da ditadura militar, por meio do espectro de influência do francês Padre Lebret (SAGMACS).<sup>5</sup> Entrementes, o movimento Economia e Humanismo<sup>6</sup> encontrou um ambiente mais aberto, em meio à crise econômica do Estado keynesianista no Brasil e a concorrência de organizações sociais e políticas comunistas. O que o permitiu credenciais junto à sociedade para as equipes de Lebret orientarem intervenções urbanísticas interdisciplinares de orientação solidarista a partir de pesquisa participante e participativa nas comunidades (Freire, Gonçalves, Simões, 2010).

Nos anos 50, Rio de Janeiro viveu um período de crise imobiliária, ocasionado pela Lei do Inquilinato em 1954, o que desvalorizou o imóvel na Zona Sul, pois que os valores de aluguéis antigos não poderiam ser corrigidos (Fridman, 1994). Justamente no ano seguinte ao que seria iniciada a construção do piloto de conjunto habitacional social da Igreja, o Condomínio Cruzada pelo Projeto Cruzada em parceria com a Fundação Leão XIII,<sup>7</sup> entidade conservadora da Igreja criada em 1947 para assumir uma postura anticomunista, porém integradora, por meio da sua tutela da favela, à cidade e cidadania (serviços básicos), contra as quais um cerco remocionista era armado pelo sensacionalista político fluminense Carlos Lacerda (Batalha do Rio) (Valladares, 2005). Essa política que pregava o retorno dos migrantes da favela para o campo, teria como principal do Morro do Pinto, o que sensibilizaria Dom Helder a encomendar da SAGMACS estudo para compreender melhor o senso de comunidade entre os favelados que pudesse levá-lo ao de comunitarismo (ibid.).

A Lei do Inquilinato, combinadas com mudanças estruturais econômicas como a diminuição do crédito imobiliário por razões de políticas de controle inflacionário, levaram a um declínio o setor de construção civil e migração de recursos para outros investimentos (ibid.). Tal arranjo societal pode ter afetado as políticas públicas habitacionais estatais da época, pois que em sua grande maioria eram financiados por fundos de pensões geridos, os IAP's, cuja

---

5 Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicadas ao Complexo Social, instaladas em 4 capitais brasileiras, cuja tônica de ação era regida por uma metodologia de investigação empírica e planejamento urbano-regional centrado no bem comum e desenvolvimento social-econômico: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife (Trindade, 2015).

6 A Escola Livre de Sociologia e Política foi o ancoradouro institucional inicial (1947) desse movimento, por ser ela mais afim do pragmatismo científico da Escola de Chicago, ao contrário da USP, mais fiel ao estruturalismo cosmopolita francês (Pontual, 2015). Sobre afinidades conceituais entre Escola de Chicago e Movimento Economia e Humanismo, vide Valladares (2005).

7 A parceria «edificante» com construção de conjuntos habitacionais do controvertido padre Dom Helder Câmara, a frente do Projeto Cruzada, e a Fundação Leão XIII resultou também em «[...] água canalizada e redes de iluminação, além de telefones públicos em algumas favelas, com a participação e auxílio dos residentes [...]» (Valladares, 2005). À Fundação caberia também assegurar escolas, creches, dispensários, cantinas, centros de ação social e maternidades (qualidade de vida e cidadania), enquanto a Cruzada, moradia estável, integração societal e salubridade higiênica (urbanização e infraestrutura das favelas) (ibid.).

causa habitacional não eram o seus fins sociais, mas consequência colateral dos dividendos que o imóvel enquanto investimento costuma prover para os investidores do fundo. O encarecimento do custo de vida, o aumento do custo da construção civil e os aumentos salariais com mão-de-obra também são acontecimentos citados por Fridman, ocorrentes a partir de 1954 (ibid.), que desencadearam uma crise cíclica no setor de construção e de imóveis, de uma maneira geral. E, por isso, um agravamento da já habitual crise habitacional no Rio de Janeiro, sobretudo, visto que o avanço de urbanização não foi acompanhado pelo aumento do número de unidades habitacionais disponíveis para locação e venda, o que, resultou em incremento significativo da favelização: «Na década de 50, ocorreu o segundo pico do número de favelas cariocas. Elas cresceram em decorrência da política industrializante do governo J. K., que causou a urbanização, a migração interna, a inflação e a concentração de renda (ibid., p. 87)».

Em meio a essa crise político, econômica e urbana, a Igreja passa a ter mais liberdade de ação na arena de políticas públicas, o que já vinha ocorrendo desde o final do Estado Novo. Somente por isso é que foi possível o surgimento de um Condomínio Cruzada São Sebastião iniciado em 1955 que complementava e competia com os esforços estatais. Porém, com o retorno da ditadura, agora militar, em 1964, 3 após a conclusão integral dos 10 blocos do conjunto habitacional social, o espírito solidarista daria lugar a da violência simbólica por meio da distância social criada entre moradores do Leblon, em relação ao vizinho indesejado (Ribeiro, 2009). Pois que tem ocorrido, desde então, estigmatização social dos moradores e do prédio por eles ocupados por parte da elite midiática, política e econômica da zona sul do Rio de Janeiro.<sup>8</sup> Receosos, talvez, em se compactuar com um projeto, que propunha um sistema de redistribuição fundiária em meio à área de intenso valor especulativo. Cabe mencionar, que a Cruzada é iniciada no ano em que é eleito J. K. no cenário nacional com a proposta de construir Brasília para os brasileiros do interior para o Oeste (Moreira, 2008) e promover a tão polêmica mudança da capital federal para o quadrilátero Crulls, por questões geométricas, militares, regionalistas desenvolvimentistas, religiosas, geopolíticas e hidrográficas. Tanto a Operação Brasília (empreendida pelo Estado), como o Projeto Cruzada (Igreja) são tributários de um espírito de planificação social modernista. O primeiro em relação à desigualdade econômica e política do Brasil considerado atrasado, dual, medieval e inóspito (Lambert, 1970). E o segundo em relação à desigualdade econômica e social de muitos migrantes, oriundos desse mesmo Brasil tacanho. Interessante notar que Lambert, em sua visão *cepalina* impressionista e dualista do Brasil, aponta que as favelas

---

8 Cabe ressaltar, que tal processo, apesar de se constituir por um interdependência social de tipo assimétrico é dialógica (Elias, Scott, 2000), ou seja, desigualmente acordado entre os agentes envolvidos. Para tanto, concorre o processo de nostalgia coletiva que permite o morador reatualizar a *vida em comunidade* (Favela Morro da Praia do Pinto), sincronicamente, que nega, ou relativiza, a *vida em condomínio*. Dessa identidade ambígua aponta para uma situação de metamorfose e negociação de realidade sociais diferentes expressos aqui através do conceito *Condomínio-Comunidade*.



são metaforicamente o rural na cidade. Entendida, assim, Brasília pretendia apontar com gesto simbólico de mudança física da capital para o interior, para o progresso dos mesmos «atrasados» rurais, só que aqui, literalmente rurais.

Cabe ressaltar, que a qualidade estrutural das edificações diferencia os dois projetos urbanístico, no que reproduz a velha estrutura social também. Na Cruzada, conjunto habitacional social, não há distanciamento mínimo entre os blocos, espaços verdes e *pilotis*, características exageradamente presente em Brasília nos seus conjuntos habitacionais de classe média. O elemento adicional em relação, especificamente, à Cruzada é de que as camadas urbanas eram mais facilmente coagidas pelo ideário esquerdista revolucionário. A ousadia de, pelo menos, o piloto do Projeto, o Condomínio Cruzada, se deve não tanto à quantidade de famílias e ao volume de massa construída, mas a localização do empreendimento. Tratava-se de um projeto vitrine, um *shopping center* social.<sup>9</sup> Segundo pesquisa sobre as relações entre o mercado imobiliário e ocupação do solo na zona sul nos anos 50, justamente, na área onde foi construída a Cruzada, Fridman afirma: «Na Zona Sul, as áreas mais valorizadas estavam no extremo oeste do Leblon e nas margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, cujo preço imobiliário superava os índices do aumento do custo de vida e da construção, favorecendo a alta lucratividade (ibid., p. 86)».

A política assistencialista da Igreja no Brasil que resultou nesse projeto tem como corolário primeiro a Doutrina Social da Igreja, mais diretamente tributária ao papel missionário e ativista do Padre Le Bret, cuja vertente (Economia e Humanismo) teve como interlocutor Dom Helder Câmara e a linha progressista e jovem da Igreja – no que o influenciou em sua defesa de uma terceira via entre Estado e Sociedade, Ciência Social e Ação Social, Urbanismo Infraestrutural e Desenvolvimento Comunitário, Remoção e Reurbanização,<sup>10</sup> Capitalismo e Comunismo, Representação e Auto-Desenvolvimento, Economia e Humanismo (Valladares, 2005). A Crise do Estado Novo (financeira e social)<sup>11</sup> e ascensão do imperialismo americano pós Segunda Guerra tem como reflexos rearranjos das políticas públicas para área de desenvolvimento industrial e regional e diminuição de recursos para habitação social (Dutra, segundo governo Vargas e J. K.) a Igreja, tradicional parceria anticomunista e patrimonialista daquela ditadura (Pontual, 2015), assume um papel político protagonista.<sup>12</sup> No final dos anos 40 já era visível a influência do Partido

---

9 Em referência ao vizinho no final do século xx, o Condomínio ganharia o Shopping Leblon, esse sim, assumidamente, capitalista.

10 O que resultou no Condomínio Cruzada, que é uma remoção para conjunto habitacional vizinho a antiga favela.

11 Excesso de encargos sociais, ao mesmo tempo, que não permitia uma redistribuição de renda por não tocar na questão da posse dos meios de produção (Habermas, 1987).

12 Até a reforma agrária por Dom Inocêncio eram uma forma de blindar os camponeses dos comunistas (Camargo, 1981) para conservar um sistema ideológico social arcaico.

Comunista nas favelas com os sub-comitês populares democráticos (Valladares, 2005). Havia também mutirões espontâneos da população pelas casas próprias, que tentavam já desde o período Vargas compensar o déficit habitacional de seus programas sociais que apresentava um hiato entre o discurso carismático oficial varguista e a sua prática governamental demagógica (Bonduki, 1988). Esse cabedal epistêmico de desenvolvimento social consorciou a Igreja a experiência keynesianista filantrópica pioneira não descentrada do Projeto e Condomínio Cruzada através de *empowerment* patrimonial modernizados moradores da extinta favela do Morro do Pinto. Cabe ressaltar que a remoção apresenta dissonâncias com o saber fazer local, porém nesse caso havia, de fato, a necessidade de uma solução menos consensual em meio em meio a iminência da remoção lacerdista amplamente defendida pela mídia.

Em observância a espontaneidade das classes populares em diversas autoconstruções de habitações e filantrópicas das classes eclesiásticas, como no projeto Cruzada, fica patente que os avanços dos programas varguistas nacionalistas e eugenistas foram parcos fora do terreno da retórica propagandística, se considerado o quantitativo de trabalhadores assalariados sem casa própria. Bonduki (1988) aponta para 4,5 % dessa camada atendida oficialmente com projetos provindos com recursos dos IAP's e FCP. Entidades essas, que no período militar, serão recicladas, em novos termos de coalizões de interesses (Mello, 1988) através de novas instituições: INPS (Instituto Nacional de Previdência Social), BNH/COHAB (Banco Nacional de Habitação e Companhia de Habitação), respectivamente. E que vão influenciar no período democrático esse projeto qualitativamente ineficaz (quantitativamente questionável) de habitação social, o Programa Minha Casa, Minha Vida.<sup>13</sup> Entidades institucionais como nomes diferentes, mas que, de uma forma geral, agregam muito pouco em termos de auto-aprendizado interinstitucional em relação à funcionalidade de perspectivas de políticas públicas, por falta de continuidade cumulativa orgânica de suas gestões instituições, operadas cada uma em um momento e com um viés político muito distintos. O contrário, do que ocorre quando, se verifica a perpetuação, mais ou menos, generalizada da desconfiguração funcional de todas essas políticas pelo clientelismo microfísico, que no Brasil, tende a privilegiar historicamente as classes médias. É o caso da experiência da logística populista clientelista acumulada do IAP's e FCP's se perpetuou no BNH, apesar da retórica empresarial de não concessão de subsídio e compactuação com corporativismo (Azevedo, 1988):

---

13 Esse, mais arquitetonicamente inspirado no modelo de conjunto habitacional chileno (Maricato, 2012), mas, que apesar de utilizada por regimes liberais ditatoriais, arqueologicamente, tem como influência arquitetônica o construtivismo russo, uma das escolas intelectuais utilizadas para a concepção dos prédios do Plano Piloto (Holston, 1993), que se caracteriza por uma homogeneidade hipnótica do conjunto arquitetônico.

Após a chegada do governo militar em 1964, ao poder, a Fundação da Casa Popular passou a ser considerada pelas autoridades como uma instituição irrecuperável, em virtude de sua ligação visceral com o antigo regime. E 22 anos depois, com a redemocratização do país, as novas autoridades utilizariam alguns argumentos similares para justificar a extinção do Banco Nacional da Habitação. Ainda que o BNH, na época de sua criação em 1964, tenha sido apresentado como uma nova instituição, sem qualquer ligação com o que havia sido feito anteriormente, as influências do passado eram evidentes. Embora as diversas tentativas de mudança na FCP tenham fracassado por se chocarem com a lógica do populismo, algumas das sugestões de reforma foram recuperadas pelos mentores do BNH por ocasião de sua implantação e apresentadas como soluções originais e, portanto, imediatas (indexação das prestações, receitas próprias, captação de poupança e flexibilidade organizacional, entre outras) (ibid., p. 109).

A origem e lobismo inicial do BNH foram compostas pela coalizão de interesses engendrados, predominantemente, pelo cenário regional carioca, liderado na época pelo grupo de Carlos Lacerda e João Fortes, na área política e sindical das construtoras civis, respectivamente (Mello, 1988) – o que não se repete com MCMV, quando o setor da construção civil já está descentralizado em várias capitais do país. Originalmente, BNH foi responsável por uma política de habitação social que primava pelo desempenho e responsabilidade econômica do Banco através de fontes estáveis de financiamento e a criação de um Sistema Financeiro da Habitação (SFH) e uma unidade de capital imobiliário (UPC) – cujos recursos disponíveis para empréstimos imobiliários provinham do capital privado, inclusive, Caderneta de Poupança e FGTS. Primava também uma descentralização autárquica a partir de outras agências privadas e públicas, às quais ficavam a cargo de deliberar e executar os programas, além de ser um banco de desenvolvimento urbanístico com a atuação em diversas áreas que não somente a habitação, como o saneamento básico, por exemplo (Azevedo, 1988).

Através da Companhia Habitacional (COHAB) de promoção de habitação popular a atuação do BNH se caracterizava por um viés social. À guisa de incorporadora, podia a COHAB cobrar somente uma taxa de administração e repassar um preço final acessível para candidatos à casa própria das camadas mais baixas (ibid.). Os motivos variam desde o uso do FGTS como linha de crédito, parcerias com as prefeituras na cedeção do terreno e obras de infraestrutura, bem como «o custo reduzido dos projetos arquitetônicos, obtido através de uma relativa padronização das plantas residenciais, e a inexistência de despesas de comercialização (publicidade e corretagem)» (ibid, p. 112). No entanto, o tom empresarial burocrático dos projetos sociais de habitação do período militar, esbarrou em certas incongruências entre a incapacidade de vazante de empreendimentos habitacionais financeiramente viáveis, em relação a demanda social a contemplá-los.

A realidade encarregou-se de mostrar que os objetivos sociais e econômicos não eram nem harmoniosos, nem coerentes entre si. Desta forma, ainda que os objetivos sociais tivessem paulatinamente perdido a amplitude e a importância, devido à sua incompatibilidade com a lógica financeira do BNH. Este se viu, na prática, levado a fazer outras inúmeras concessões à retórica «empresarial» para garantir um relativo grau de eficácia no seu desempenho junto aos setores de baixa renda. Nessa perspectiva, pode-se citar a criação (e posterior modificação a favor do mutuário) do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS), com o objetivo de cobrir os possíveis saldos devedores dos adquirentes ao fim do período de financiamento, a ampliação do prazo para amortização da casa própria e a diminuição das taxas de juros nos contratos de aquisição de moradias populares» (ibid.).

Por outro lado, o quantitativo atendido pelo programa era composto, majoritariamente, pela faixa de perfil de alta renda – disfunção em relação ao seu critério de prioridade social –, o que junta e conseqüentemente, com a política de arrocho salarial implementada pelo Regime Militar, constringia esses populares à iniciativa da casa própria (ibid.) – ou mesmo o impedia de serem adimplentes, o que motivaram muitos a regressar a favela (Valladares, 1978). A recorrência dessa dificuldade financeira modificaria a atuação da COHAB, a partir dos anos 70, oscilando entre criação de mutirões alternativos de autoconstrução para as camadas preteridas,<sup>14</sup> oferecimento de projetos de moradia populares e reengenharia dos seus investimentos para empreendimentos destinados à classe média em meio ao aumento da especulação imobiliária e a participação somente em Conjuntos Habitacionais voltados para um público com mais de 3 salários mínimos e, muitas vezes, com teto salarial acima do legal permitido – gentrificação da finalidade original da Companhia que corresponde a também ocorreu em relação àquela extraoficial, relativo aos casos dos que foram obrigados a hipotecar seu imóvel após eles terem se tornado bons investimentos imobiliários (ibid.). Tal tendência se consolidaria no PMCMV, quando se cerrar mais os canais e pré-requisitos de acesso a moradia por parte da classe mais baixa (Maricato, 2012).

A retomada dos investimentos de projetos populares de habitação pelo COHAB levava em conta também a política econômica global, na qual poderia resplandecer também interesses políticos do Regime em concatenar adesão popular em seu proveito (ibid.). E por esse sentido, não tão declaradamente oportunistas como experiências anteriores do IAP's e FCP que foram mais hábeis em operar imageticamente com a expectativa arquetípica de

---

14 «Programa de Erradicação da Sub- Habitação (Promorar); João-de- Barro (Programa de Autoconstrução); Financiamento para Construção, Ampliação e Melhoria da Habitação (Ficam); Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb)» (Azevedo, 1988, p. 117).

casa própria dos brasileiros para manipular a opinião das massas trabalhadoras. Apesar dos interesses sociais do BNH e do Regime Militar terem ultrapassados os financeiros em meio à crise de emprego na década de 80 e o reajuste maior da prestação da casa do que o salário em 1983, com uma política de reajuste semestral, que contribui para o colapso do sistema de habitação pública no Brasil, a partir também do agravamento de sua crise institucional (ibid.). O que culminou na própria extinção da entidade, pelo mesmo motivo fisiológico que tornou a razão de sua existência, de permitir governabilidade política e carisma popular ditadura. Dessa vez, em um cenário democrático em que o BNH com seus esbanjamentos financeiros e ineficiências estatísticas, para a opinião pública, passou a representar a falta de responsabilidade fiscal por parte do governo. No entanto, com consequências nefastas para a questão da moradia social, tiveram o esvaziamento oficial do debate e anexação de sua função à Caixa Econômica,<sup>15</sup> atual mantenedora do programa federal de habitação popular Minha Casa, Minha Vida». Projeto que colocou novamente a *política pública de habitação social seletiva* na vitrine dos jornais.<sup>16</sup> E, por tabela, a recorrência da crítica sobre o clientelismo do habitacionismo no Brasil, volta a ser a tônica. Dessa vez, porém, mais em um sentido de legitimação política e marketing político.

No período dessa política federal, que teve expressiva atuação no Rio, por ser uma das cidades com maior clivagem habitacional do país, mas também por ser sede da instituição, os governos locais, com suporte do BNH, intensificaram a prática de remoções de favela. Já foi dito que o efeito não foi o esperado, pois muitas famílias desistiram das prestações das novas moradias e voltaram para suas casas de suas infâncias (Bachelard, 2008), a favela. O que obrigou ao resgate de soluções consensuais defendidas por Lebrete e seus pesquisadores, por meio da pressão de organizações locais como União dos Trabalhadores Favelados e Federação de Associações de Favelas do Estado da Guanabara. As experiências de remoções autoritárias atingiram seu ápice regimental durante a gestão local de Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas – esses dois últimos com apoio do CHISAM.<sup>17</sup> O paradoxo das políticas públicas fica mais visível em Lima, que apesar de ter sido um governo de legitimidade popular, responsável também pela criação da Companhia de

---

15 «A incorporação das atividades do BNH à Caixa Econômica Federal fez com que a questão urbana e especialmente a habitacional passasse a depender de uma instituição em que estes temas, embora importantes, são objetivos setoriais. Do mesmo modo, ainda que considerada como agência financeira de vocação social, a Caixa possui, como é natural, alguns paradigmas institucionais de um banco comercial, como a busca de equilíbrio financeiro, retomo do capital aplicado, etc. Nesse contexto, toma-se muito difícil, por exemplo, dinamizar programas alternativos, voltados para os setores de menor renda e que exigem elevado grau de subsídios, envolvimento institucional, desenvolvimento de pesquisas, etc. (Azevedo, 1988, 118-119)».

16 Seletiva, sobretudo, em relação os pré-requisitos burocráticos e financeiros mínimos exigidos, que colocam em uma penumbra estatística do espectro de atendimento do Programa, grande parte dos reais necessitados.

17 Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio.

Desenvolvimento de Comunidades (CODESCO),<sup>18</sup> também integrou o coro dos eugenistas higienistas. Gradativamente ao aumento da especulação das áreas centrais, os Conjuntos, que inicialmente eram concentrados mais na Zona Sul tinham os novos projetos, como sede, preferencialmente, na Zona Norte e Oeste. A mesma ótica perceptível, atualmente, quando milhares de famílias desalojadas, semi-compulsoriamente, de suas casas em favelas de áreas urbanisticamente estratégicas para obras de escoamento do tráfego em função dos megaeventos esportivos no Rio, foram *apartamenteadas* moralmente em conjunto habitacionais verticais descentrados no Programa MCMV no Rio de Janeiro.

No período de ditadura militar – essa última, ainda não se sabe quando vai acabar no Rio de Janeiro –,<sup>19</sup> as pesquisas e ações urbanísticas comunitárias passam a executadas, pelos *Peace Corps*. Esse exército da salvação foi promovido pela Aliança para o Progresso do EUA, país responsável pelo apoio logístico-militar para implantação da ditadura no Brasil. Apesar da filosofia do saber local no processo de reurbanização e reumanização da favela em prol de bem comum das correntes solidaristas da SAGMACS, sua metodologia e linguagem das suas análises por meio de gráficos estatísticos e mecanográficos partem de premissas estruturalistas e matemáticas que não seriam acessíveis à população leiga, muitas vezes, de baixa instrução educacional. Mas, no fundo, o propósito filosófico de Le Bret, mais contextualista, no entanto, vai de encontro à política clientelista brasileira que deu mais ênfase e recebeu mais endosso social de um olhar eugenista-higienista de remoção em favela do que autoconstrutivo e construtivista de reurbanização. Essa ambiguidade entre a metodologia urbanística francesa e a realidade política brasileira é visível em relação ao próprio Projeto Cruzada que seguia as orientações construtivistas do movimento economia e humanismo, mas, no fundo, tinha como meta a erradicação reconstrutiva de 150 favelas, até porque o risco de extinção sem reconstrução também existia (lacerdismo).

Já o *Peace Corps*, apesar do estigma da ideologia imperialista cultural americana monológica, tinha como atrativo o fato dos jovens americanos se disporem a viver, pelo menos, uma ilusão de alteridade etnograficamente. Esses voluntários da pátria americanos, de certa forma se aproximavam da filosofia economia e humanismo, mas por aproximação ou incidentalmente, pois estavam em missão humanitária (humanismo) para a pátria capitalista por excelência (economia). No entanto, o desenvolvimento comunitário – bem

18 «[...] a CODESCO visava (i) à urbanização dos espaços públicos no interior das favelas, (ii) a ajuda financeira e técnica aos favelados, para a reforma ou a construção de suas casas e (iii) a regularização fundiária pela compra da terra, onde se situavam as favelas e a revenda dos lotes aos seus próprios ocupantes por um preço acessível. A CODESCO, composta por jovens arquitetos [a Quadra de Carlos Nelson e outros], não aspirava agir em grande escala, mas sim estabelecer experiências-modelo de urbanização» (Soares Gonçalves, 2006, p. 6).

19 A Favela da Maré é ocupada por tropas militares da Força Nacional e há denúncias de abusos de autoridades federais.

comum a partir do saber local – não foi atingido, pois que o válido deslocamento dos garotos era mais físico do que cultural, já que continuavam atrelados a uma política humanitária de Estado para a qual soluções etnometodológicas, poderia ser confundidas com endosso comunista. No entanto, a experiência americanista resultou em um mapeamento etnográfico minucioso que forjou o pioneirismo acadêmico da pesquisa urbana no Brasil no Museu Nacional por meio do ex-missionário Elizabeth e Anthony Leeds (Valladares, 2005). Cabe ressaltar que essa incorporação da visão de política social de Lebret para uma antropologia social de Leeds, não seria possível sem a atuação de Arthur Rio, ex-coordenador da SAGMACS (ibid.) – que assumiria, posteriormente, a SERPHA,<sup>20</sup> que 1961 a vincula as políticas públicas estatais com uma única associação de moradores de cada bairro, para coibir o clientelismo político demagógico (Medina, 1964), apesar das críticas de corroborar um discurso homogeneidade e heteronímia política da favela (Valladares, 2005).

Outro jovem arquiteto que vai ter grande atuação na formatação de políticas públicas habitacionais, dessa vez, ligado ao grupo de Leeds, apesar de seu projetos poderem ser tributários a influência do legado do Economia e Humanismo de Lebret, será Carlos Nelson e seu grupo (QUADRA). À serviço do CODESCO, juntamente com os moradores de uma favela em Brás de Pina e sua Associação uma experiência piloto modelo de urbanismo habitacional estatal e participação popular ativa em favela foi testado – como no Cruzada, cuja meta era erradicação de 150 favelas, a continuidade, no caso, em Mata Machado e Morro da União não ocorreu. A estratégia urbanística foi a pesquisa-ação construtivista solidarista lebreteana, cuja tônica era a catalisação de lideranças locais e aproveitamento de saberes locais que pudessem contribuir com intervenções urbanísticas menos arbitrarias, exógenas e técnico-acadêmicas. Deve se ter em vista também que, apesar das recorrentes políticas clientelistas de melhorias pontuais em favela, como implantação de bicas d'água (Medina, 1964), a atuação estatal reurbanizante, era econômica, assim como nas remoções, por receio de incentivar o uso ilegal do solo por meio da conformação de favelas. Descaso esse que só teria seu fim sacramental no governo estadual de Brizola quando áreas não juridicamente formais da cidade, seriam atendidas com serviços básicos – saneamento, luz, educação e saúde (Soares Gonçalves, 2006).

Isoladas contribuições de modelo participativo de gestão urbanística se concorreriam até que Jonh Turner pudesse conformar um método e proposta mais específica sobre o assunto, no que influenciaria o Banco Mundial a uma reengenharia dos investimentos em políticas públicas de planejamento urbano a partir do seguinte escrutínio: lote urbanizado; importância da localização; habitação evolutiva (casa é modificada de acordo com a história da família), autoconstrução e mutirões assistidos (1972). A pauta da reurbanização das favelas é tangenciada para os próximos capítulos da história das políticas públicas na área habitacional do país. Ao final da ditadura e do BNH, um esvaziamento de políticas públicas

e pesquisas acadêmicas será patente. O que só terão fim com o Programa Favela-Bairro, que, no entanto, reforçam mito da teoria da marginalidade, cultura da pobreza e cidade partida e dogmas como da especificidade radical da favela em relação à cidade formal, do seu caráter de *locus* da pobreza por excelência e de uma homogeneidade tipológica interfavelas (Valladares, 2005). O resgate da pesquisa-ação participativa habitacional vai ficar a cargo da ONG's, que, no entanto, por também defendem esses mesmo mitos e dogmas como políticos, pesquisadores, filantropos e líderes comunitários para justificar a necessidade clientelista de sua ação civilizatória (ibid.).

Na questão de segurança pública a partir da já famigerada Unidade de Policiamento Pacificadora (UPP) e de projetos inclusão de equipamentos públicos pontuais elencados de forma não muito participativa – como no caso da Rocinha, Providência e Alemão – na esperança de que eles se repliquem por partenogênese, pouco se tem avançado no entendimento do patrimônio material, arquitetônico, simbólico e social constituído pela favela, os seus moradores e suas memórias. Nesse sentido, cabe ainda algumas considerações sobre as perspectivas de habitação social na Alemanha do século XIX e no Brasil do XX, à guisa de conclusão.

Projetos de habitações populares eleitoreiras do Estado por meio da AIP's e FCP's no governo Vargas e no período militar através do extinto BNH e COHAB's, que estão no espectro de referências cumulativas e fragmentadas que se consubstancia no «Minha Casa, Minha Vida» (Caixa Econômica Federal).<sup>21</sup> Diferentemente do projeto da Cruzada, esse novo Programa não tem como objetivo somente pessoas que moravam em favelas, apesar de atender famílias removidas de áreas de risco de enchentes ou desmoronamento ou de interesse público. A «Cruzada», apesar de ser filantrópico, não é tão próximo ao projeto filantrópico burguês de habitação e está mais afinado com as propostas do socialismo pequeno burguês (phoudonista). Esse último, no século XIX, a partir das ideias de Phoudon, propunha a transformação do sistema de mercadorização do imóvel através da transmutação do aluguel na forma de amortização mensal da compra do imóvel alugado por parte do inquilino que servisse de moradia para o proletariado e o pequeno burguês (Engels, 1979).<sup>22</sup> Pois que era filantrópico, não pela questão do pagamento em si, como seria

---

21 Para interface mais minimalista entre as diferentes políticas públicas de habitação social, faço uso da etnografia própria na Cruzada São Sebastião, onde vivi em 2009-10 e no MCMV em Realengo e Senador Camará, onde participei da pesquisa de satisfação (CAIXA/IBOPE).

22 Em sua crítica ceticista e economicista em relação ao caráter transformador desse movimento socialista pequeno burguês de emancipação habitacional com base nas ideias de Phoudon fica evidente seu posicionamento fundamentalista pró-marxista. Nesse sentido, o ceticismo retórico só não existe quando o assunto é Revolução do Proletariado, apanágio de todas as querelas da humanidade. Tal arraigamento do autoritário do discurso enfraquece sua argumentação, pois que sustentada na confiança cega de que qualquer medida paliativa de beneficiamento das classes populares seria corrupção ideológica face à implantação do Estado sem classes sociais. Como se para Engels, os trabalhadores já fossem comunistas, mesmo que ainda nem soubessem disso.



o caso do Programa Casas Populares em 1920 de Mattos Pimenta, caso ele tivesse saído do papel, que defendia o pagamento de valor de aluguel que onerava financeiramente o assistido (Valladares, 2005). Mas, pela questão da proximidade do local de moradia anterior e posterior a proposta – que no caso phoudonista, teria que ser coincidente.

Já para a família que é contemplada no sorteio do PMCMV e atende aos requisitos socioeconômicos para poder parcelar a compra do seu imóvel em local previamente escolhido, é passível de ser compreendida comparativamente de forma até mais próxima ao caso apresentado anteriormente – pois as parcelas de, pelo menos 50 reais (Maricato, 2012) são parcelas que permitem as mesmas habitarem o local em e ainda comprar a casa, mas com aspecto de aluguel, visto que como vão demorar anos para quitar a casa, provavelmente, a sensação é de que também o imóvel não é próprio. Com o detalhe que aqui, assim como no projeto phoudonista, visa oficialmente não somente a classe trabalhadora, mas também a pequeno-burguesa (Engels, 1979). No PMCMV, em função das exigências supracitadas, há forte tendência de classemediatização do seu público-alvo, assim como já era latentemente sintomático na época do BNH (Maricato, 2012). Porém em ambos os casos, não são tomadas medidas públicas de fortalecimento da classe trabalhadora, não somente no sentido sindical, mas também de crescimento econômico que permita abundância de postos de trabalhos com condições de trabalho não expropriadoras.

Já, se for cotejado com a situação dos moradores de favela centrais removidos de favelas desmoranadas ou «em risco de», para áreas suburbanas e remotas por esse programa federal de habitação,<sup>23</sup> dentro do didático referencial contextual histórico e conceitual analítico que utilizo a partir da obra de Engels, não seria tanto o socialismo pequeno burguês ou burguês a categoria de conceitos mais apropriada para apreender esse objeto empírico. Mas, sim, a também apresentada por ele (1979) perspectiva filantrópica burguesa de remoção das famílias cultuada no final do século XIX na Alemanha para a questão da habitação fundamentada por um eugenismo higienista, bem expresso através da posição do Dr. Emil Sax. Já que assim, como no início do século XIX no Rio de Janeiro (Bechimol, 2008), haviam no século anterior vivido as grandes metrópoles europeias muitas epidemias em virtude de desarranjo sanitário em função do crescimento «desordenado» das cidades cuja resposta radical da burguesia alemã consistia em projetos de relocar os grupos associados a essas moradias insalubres para locais mais afastados (Engels, 1979). Em relação à perspectiva urbanística municipal apoiada pela burguesia brasileira e luso-portuguesa, já que doara até um chafariz em homenagem ao prefeito Pereira Passos após seu governo de intervenções urbanísticas capciosas e autoritárias, cabe diferenciar que essa tinha como especificidade acoplar a questão estética de embelezamento da cidade à sanitária como uma só demanda

---

23 Como no caso de famílias em Realengo e Senador Camará, mas também em Manguinhos e Mangueira, em função das obras do PAC e dos eventos esportivos no Rio de Janeiro, cujas famílias eram induzidas a aceitar longínquos e desvalorizados imóveis do PMCMV como indenização.

urbanística, como nos mostra Benchimol (2008). Além de remoções descentradas de famílias de núcleos habitacionais aglomerados, propunha medidas como: padrões de higiene nas casas, leis de crescimento das cidades e mudanças nas formas de sociabilidade (ibid.).

Em termos gerais, didaticamente é possível afirmar também que o PMCMV apresenta assim uma posição política mista por ter uma visão socialista pequeno-burguesa em relação à aquisição do imóvel com parcelas que equivalem ao aluguel, mas filantrópica burguesa, em função de implicar em um expressivo descentramento devido aos locais alonocêntricos escolhidos para a construção dos empreendimentos. As construtoras parceiras do PMCMV, até então, acostumados com mercado de classe média e alta e lucro, que entrou em forte recessão nas últimas décadas, tiveram que passar por uma reengenharia da fonte de lucros na construção civil para atuar nessa seara da habitação social. O PMCMV tem uma lucratividade por habitação muito baixa pela construção do prédio em si – pois são apenas 4 módicos tipos de plantas –, no que se evidencia a diferença nodal em relação ao BNH: sua vinculação estatutária com instituição financeira, mesmo que, historicamente, de caráter popular (Caixa Econômica). Tais condicionantes mercadológicas estimula que os empreendimentos habitacionais sociais sejam, normalmente, empreendidos pelas empresas em áreas do subúrbio, devido aos baixos preços dos mesmos, o que permite compensar a pouca possibilidade de extrair mais-valia da construção propriamente, em alguns casos, feitas até com materiais pré-moldados – ou seja, decisões de interesse público social transferidos para o interesse privado capitalista (Maricato, 2012). Além disso, como o Programa é desprovido de política regional e macro econômica social é o alto índice de inadimplência de taxas condominiais, tráfico de drogas (milícia), poluição sonora e visual, desrespeito de regras de boa convivência, desemprego, violência cotidiana, dependência dos moradores dos programas assistencialistas do governo como meio de sobrevivência (Bolsa-Família, Bolsa-Escola, Bolsa-Carioca, etc.) e economia informal (seja através de sub-emprego, trabalho autônomo, empresa familiar caseira).<sup>24</sup> Sobre tudo no PMCMV, em que pesquisei o impacto sócio urbano do projeto com famílias removidas de favelas condenadas ou desmornadas, a questão da distância da nova habitação em relação a anterior implicava em um fenômeno aloccêntrico que Augé (2010) chama de descentramento, operada pela

---

24 No entanto, em ambos os casos citados, a tutela moral em supostamente civilizar os assistidos na vida em condomínio, do qual, no caso brasileiro, a classe-média, no entanto não é amplamente entusiasta, parece reverberar uma dependência dos mesmos em relação à Igreja Católica, ONG's, Shopping Leblon (parceira da Igreja em projetos sociais na região), no caso da Cruzada, e do Governo Federal do PT e do PMCMV». Nesse sentido, a posse da habitação atrelou a política filantrópica ou pública a afiliação espiritual e político a essas instituições e contribui para os indivíduos se compactuarem com as condições de vida insatisfatórias de renda, seja através de sub-emprego, emprego temporário, autônomo ou através de empresas caseiras familiares. Na Cruzada, havia uma barbearia no meio da rua de acesso aos Condomínios, bem como várias vendinhas de comestíveis na calçada e *trailers* de *hamburguers* na rua. Já no MCMV, observei que vários moradores do andar térreo possuíam *freezer* para vender bebidas.

produção capitalista do espaço. O mesmo consiste na gentrificação de Centro, em função do aumento da especulação imobiliária – o que tem ocorrido no Rio de Janeiro em função da bolha no mercado imobiliário na iminência da Copa e Jogos Olímpicos.

Nesse sentido, o projeto da Cruzada aponta com primazia por ter colocado os habitantes da extinta favela em local vicinal ao anterior. Mas, de fato, não se perguntaram ao ex-moradores de comunidade se eles queriam uma nova favela ou um prédio novo. Porém, a proximidade dos dois ambientes construídos, o que quase nunca ocorre em PMCMV, bem como a mudança integral dos moradores de uma mesma favela para um mesmo prédio, no entanto, permitiu um rearranjo das redes de temporalidades e sociabilidade anteriores, fatores constitutivos da configuração da configuração morfológica representacional *condomínio-comunidade* no local. Nos anos 60, o fator espacial que tende a conservar as memórias coletivas (Halbawachs, 2004) já não era mais um elemento de pertencimento à tão perseguida favela, já que a mesma foi destruída em incêndio ainda não explicado. Por outro lado, a modernista Cruzada do Leblon se degrada enquanto ambiente construído-vivido, imagem social e projeto urbanístico. Situação de contraste moral amplificada com a construção do edifício conceitual e predial pós-moderno neoliberal do Shopping Leblon em 2006 vicinal ao seu prédio.

As discussões sobre habitação social no século XIX na Europa ainda parecem atuais, com exceção da adoção do marxismo como única solução possível para a questão da habitação, proposta por Engels (1979), que empunharia uma obrigatoriedade de não barganhar com projetos públicos e filantrópicos, em detrimento da redentora de todos os males da desigualdade moral e social entre os homens, a Revolução do Proletariado. Na França, onde houve a experiência do auxílio aluguel nas políticas de moradias sociais no século XX (Bourdieu, 2006), uma antítese dos que defendiam os phoudonistas, a partir de uma proposta mais emancipatória, se vista pelo ponto de vista não marxista, de aquisição do imóvel para as camadas populares através do sistema de parcelas-aluguel, mais próximo ao ideário socialista pequeno-burguês ou burguês, volta a ser uma tônica possível de discussão. Transmarxistamente falando, do meu ponto de vista, em relação à questão carioca da habitação social e popular, as ideias de Turner, que já havia outrora, influenciado a pauta dos investimentos do Banco Mundial em políticas públicas no Brasil com tônica dedicada a projetos de reurbanização em detrimento remoção de favelas e da metodologia do bem comum de Leblon, continuam ainda bastante atuais. Destarte, ainda por serem cotejadas com mais grandiloquência pelo planejamento urbano, políticas públicas e movimentos sociais, a partir de novas tecnologias de paz, democracias radicais e gestões participativas. Ainda mais com a atual tendência de patrolamento e patrulhamento dos até recentemente considerados não-lugares (Augé, 2010) na sociedade carioca, que tem se tornados sobremaneira áreas valorizadas pelo capital depois de anos de descaso público, como as favelas centrais e o cais do porto do Rio de Janeiro.

Longe de transcender o Marx para retornar à Rousseau com sua especulação à cerca do homem natural complacente com uma igualdade natural – em oposição à moral e

social – que subjaz um direito e verdade natural, em que se poderia comparar o tipo ideal do morador de favela e seu *modus operandi* a esse arquétipo de homem módico que busca bem-estar e auto-conservação e impulso de comiserção pelo semelhante, cabe, no entanto, empreender algumas considerações orbitantes ao arcabouço teórico do seu sistema filosófico.<sup>25</sup> Mesmo que seja por falta de recursos e formação escolar, alguns indivíduos no Rio de Janeiro e em grandes cidades tendem a resgatar como forma de sobrevivência física, social e simbólica em um plano guetificado, seja como morador de rua ou de favela, esse arquétipo do homem natural de solidários e simples anseios (Rousseau, 2005). Reconhecer esse direito natural não significa desconsiderar a esfera dos direitos humanos que apregoa o dever da intervenção humanitária, se a mesma for ancorada em anseios de mudanças endógenos por grupos ou vozes dissidentes da população considerada (Boaventura, 2002), até porque alguns tipos de urbanidades podem, sim, comprometer a performance profissional, saúde, qualidade de vida e a própria vida por fatores ligados à violência e infra-estrutura pública. Mas, significa que deva ser considerada, de forma, a construir socialmente barragens contra as intervenções urbanísticas homogeneizantes e segregacionistas, que não incluam uma perspectiva urbano-cultural dos microterritórios e suas ancestrais formas de resistência, memórias e saberes. E que, por isso, tenda a endossar práticas institucionais de reurbanizações de favelas em regime não (semi)participativo, bem como, remoções compulsórias de favelas, moradores de rua, mas também ocupações de prédios abandonados públicos e privados.

Destarte, implicam em um prejuízo do *habitus* social e hábitos individuais, mas a de *habitat* natural (Bourdieu, 1997) – por não contemplar nem o direito natural de sobrevivência física módica e os direitos humanos de igualdade na diversidade – sobrevivência simbólica. O espaço de habitação, sobretudo da socialização de primeira grandeza (Berger, Luckmann, 2001) é passível de se constituir em sacralidade ontológica primitiva (Bachelard, 2008), em que são plasmadas em mimese à inércia da matéria física, as memórias das correntes de pensamento sociais (Halbawachs, 2004). Seja ele o túnel da Riachuelo, uma marquise de um prédio na Presidente Vargas, o Largo do São Francisco, a favela Parque da Cidade, uma barraca no Horto Florestal, uma ocupação na Gamboa, um cortiço em Botafogo, um hostel com triliche em Copa, uma pensão para estudantes no Grajaú, uma

---

25 A discussão sobre as profundas desigualdades sociais entre animais da mesma espécie que vivem em simbiose societária eussocial, já seriam suficientes para mostrar que os laços sociais morais não são exclusivos aos seres sensíveis do tipo moderno. Acredito que Rousseau (2005) defende que se havia competição intragrupal e aniquilamento predatório ele era movido por auto-defesa e fome. Dessa forma, questiona se não haveriam proporcionalmente mais sangue derramado protagonizado pelos homens modernos do que pelo homem selvagem. Por outro lado, Berger e Luckmann (2001), defende que a capacidade de construir socialmente com infinitas variâncias é natural ao ser humano, o que pode apontar uma depreciação da noção de direito natural, visto, que dessa forma, a própria destruição de si ou em masse, seriam possibilidades humanas naturais.

hospedaria para Cavalheiros no Catete, *trailer*, uma casa na árvore podem não ser uma casa no sentido estrito, mas talvez, possam se configurar como lar e patrimônio urbano-cultural simbólico, pelo menos, para quem ali o habita. O que muitas vezes, não ocorre em conjuntos habitacionais, que desfiguram o sentido original de morar para, simplesmente, impor um modelo de habitação exógeno que enquadra(da) a espontaneidade e o cotidiano dos grupos sociais.<sup>26</sup> O PMCMV, como mostra Maricato (2012), assim como as demais políticas públicas de habitação apresentadas, historicamente, passam à largo da situação dos invisíveis moradores dos largos, em função das exigências burocráticas como comprovação de renda e de endereço, por exemplo. Esses, se usado à própria lógica do critério social operacionalizado nas instituições habitacionais estatais, deveriam ser a prioridade de um projeto de habitação de cunho eminentemente social. No limbo, moradores de rua não estão imunes à radicalização do discurso neo-eugenista e higienista insuflado pelos mega-eventos no Rio.<sup>27</sup> Assim, como favelados são também segregados, mas esses são, oficial e compulsoriamente, transferidos para albergues públicos governamentais, que, pelo menos, em relação ao número de pessoas, em muito se faz recordar os famigerados cortiços, que tanto se quis expurgar...

## À guisa de conclusão: Ecos do silêncio na historiografia urbana e instituições/práticas urbanísticas profissionais e acadêmicas do Movimento Economia e Humanismo no Brasil

Este presente estudo não ambiciona ser conclusivo em relação a essa questão, mas, sim, introdutório (como o título sugere), esmiuçando didaticamente os principais pontos convergentes e divergentes entre os mais de 100 anos da história da habitação social no Brasil, no que permite mostrar como há um caminho de dependência entre elas, uma espécie de fio condutor com movimentos pendulares em determinadas diretrizes ou outras.

---

26 De uma forma geral, se observa a recorrente dificuldade de adaptação social nesse *processo civilizatório da vida em condomínio e descivilizatório da vida em comunidade* outorgado pelo projetos de Conjunto Habitacional dos moradores provindos de cortiços e favelas centrais alocados em conjuntos habitacionais em diferentes épocas e países, mesmo quando em área vicinal ao local de moradia anterior, como no caso da Cruzada. Sobre esse mesmo assunto, ver o estudo de caso sobre o Conjunto Habitacional Goiânia e Araguaia na cidade de Belo Horizonte, por Maria Cristina Villefort Teixeira (2004).

27 Exemplos microfísicos no cotidiano são as oficiais divisórias metálicas instituídas no primeiro governo Paez no Rio de Janeiro, que impedem que moradores de rua ou mesmo transeuntes se deitem nas cadeiras públicos. Em algumas lojas e portarias de prédios há canaletas metálicas para impedir que se durma ou se escore próximo a porta. Até mesmo sistema aéreo de pulverização de gotas d'água.

Na história do urbanismo brasileiro caso do Brasil, esse imperativo temporal percussivo tem sido orquestrado por meio de, pelo menos, 3 formas concorrentes e/ou complementares de transposição de obstáculo, no tocante, ao grau e forma de influência de modelos e práticas de planejamento urbano estrangeiro: importação mimética e esquemática, difusão pessoal e institucional e assimilação crítica e analógico-experimental (Lampareli, 1955). A arqueologia dos ideários e métodos utilizados por agências das mais variadas procedências em uma perspectiva de longa duração permite despertar o estado da arte do conhecimento científico e urbanístico, no caso, para a proposição de novas soluções e metodologias de atuação e suas instituições públicas, privadas e associativas envolvidas. É no esforço maior de quebrar essas paredes epistemológicas com soluções reiterantes ou agravantes do problema habitacional e social, que funcionam como soluções estatísticas retóricas, que esse presente trabalho conserva sua maior motivação.

Outra relevância principal desse panorama reside, no entanto, na aplicação do corolário de justa-memória (Ricoeur, 1998) para corrigir uma imprecisão contumaz em relação a historiografia urbana e políticas públicas sobre urbanismo no Brasil, que tendem a operar um esquecimento aquiescente em relação aos impactos epistemológicos para esse campo de correntes francesas dessa área no Brasil nos anos 40 e 50 (Lampareli, 1955). Especificamente, em relação ao movimento economia e humanismo no Brasil, com maior perda, dentre as cidades em que ele teve atuação, para as análises e intervenções urbanas atuais sobre o Rio de Janeiro. O inventário do espectro de atuação da sua agência SAGMACS, pautada por uma epistemologia solidarista do bem comum e saber local (pesquisa-ação) concilia uma perspectiva organicista e funcional-racionalista de desenvolvimento harmônico/equilibrado do conglomerado urbano. Esse duplo arcabouço permitiu criar mapas analíticos e índices urbanísticos<sup>28</sup> completos com sínteses da dinâmica e estrutura urbana/regional a partir de pesquisas por unidades de análise das «necessidades hierarquizadas» e «escalões da vida coletiva» (unidade elementar, complexa, completa e aglomeração) (ibid., p. 15). O que gerava dados fidedignos para se efetuar analogias entre cidades distintas e períodos diferentes do mesmo lugar estudado e permitia evitar anomalias distópicas dentro do complexo urbano/regional:<sup>29</sup> «Assim, diferentemente dos métodos e ideários dos urbanistas conhecidos que partiam da cidade e seus elementos construídos para necessariamente considerar a população e a região, o novo método parte da região e da população para encontrar aglomerações e identificar as condições de vida urbana» (ibid., p. 11).

---

28 «[...] taxa de ocupação, índice de aproveitamento, número médio de pavimentos, densidades geral e específica, quota de áreas construídas geral e funcional por habitante» (Lampareli, 1995, p. 12).

29 «[...] desorganização urbana, a insuficiência de espaços públicos e coletivos, a dispersão demográfica» (Lampareli, 1995, p. 13).

Nos anos subseqüentes ao desmantelamento da atuação da SAGMACS não seguiu o rastro da eliminação e extravio de muitos dos seus arquivos com a perseguição de parte de seus pesquisadores pelo aparato policial da ditadura. A consciência e projeção de sua expressão histórica se vê limitada pela baixa reatualização formal do seu legado nas políticas públicas habitacionais e pesquisas acadêmicas sobre urbanismo. O que poderia ser de grande valia no atual contexto microfísico e político de nova série de remoções ou reurbanização de favelas, já aprender com experiências anteriores poderia ser um item da lei do menor custo humano e econômico das intervenções urbanísticas de Le Bret (Lampareli, 1995). Em parte essa lacuna de silêncio, do qual se pode desprender algum significado, se justifica porque, enquanto a esfera governamental de São Paulo havia encomendado diversas pesquisas à SAGMACS nas décadas de cinquenta e sessenta sobre seu processo de aglomeração urbana, a do Rio foi encomendada pelo Jornal Estado de São Paulo (Estadão) à SAGMACS. Nos últimos dias como capital federal, a cidade fluminense viveu momentos de agitações políticas decorrentes de campanha desenrolada durante toda a década de 50, justamente, sobre a mais adequada «profilaxia» em relação ao seu processo de favelização «mostruosa» (batalha do Rio), promovida pelo político local Carlos Lacerda em parceria com o governo federal (Valladares, 2005).

Esse esquecimento, relativamente, é também extensivo atinente ao Projeto Cruzada São Sebastião de 1955, produto da influência e diálogo de Dom Helder Câmara com a atuação sócio urbanística da SAGMACS, que consistiu em projeto de remoção de favelas, porém em área central e valorizada, vicinal a favela de origem. Visto que o atual Programa Minha Casa, Minha Vida que teve oportunidade de realizar pesquisa de satisfação residencial em 2012, consegue seguir a linha paternalista de assistencialismo clientelístico habitacional dos programas varguistas e militares, na mesma medida em que ignora o projeto filantrópico da Igreja que ambicionava erradicar mais de 150 favelas do Rio. Mas que, talvez, pelo simples fato, de não propor o descentramento das populações provenientes desse tipo de habitação como o MCMV, tenha ficado somente no seu projeto piloto, o Condomínio Cruzada São Sebastião, onde realizei pesquisa etnográfica em 2009-2010. Apesar de ser um ponto fora da curva dentro do fundamento do saber local da SAGMACS que pregaria o aprendizado pedagógico com as lideranças da favela da praia do Pinto para fazer as análises e propor intervenções e não a remoção compulsória, como de fato, ocorrera, é preciso considerar que, face aos contextos eugênio-higienista mais arraigado no Rio de Janeiro da época, teria sido relativamente exemplar o projeto de inclusão social e patrimonial, se ela tivesse resultado simbólico e econômico a partir do pagamento de impostos e condomínios, por exemplo. O que não ocorreu em muitos casos por reação insurgente nostálgica à vida positivista em condômino imposta, como também, provavelmente, devido a questões econômicas em relação à oportunidade no Rio de Janeiro, cuja economia entra em declínio após 50.

Cabe frisar também que somente a partir de 50 e 60, em meio ao desenvolvimentismo nacionalista planejado de J. K., correntes keynesianas, modernistas e solidaristas-cristãs

é que as práticas institucionais e os saberes profissionais/acadêmicos passam a ter um escopo mais complexo com segmentação especializada de suas diversas demandas sociais e/ou regionais do Brasil: «Em tempos anteriores, as iniciativas na área eram pessoais, de profissionais, de autôditas ou de grupos da elite que se organizavam em associações, similares às corporações ou às ONGS da época [...]» (ibid., p. 7). Até esse momento também, os arquitetos e proto-urbanistas eram formados nos departamentos de Engenharia e a questão urbana não tinha a projeção que adquire, posteriormente, com o aumento do êxodo rural e inchaço citadino (Lampareli, 1995). No tocante a atuação e legado de SAGMACS para estudos na área técnica e acadêmica de planejamento/desenvolvimento urbano e regional, cabe citar: o alargamento de suas fronteiras para além dos usuais planos diretores através de modelos de equipes interdisciplinares (urbanismo, política, economia, administração e, mormente, social e estatística) que funcionavam como consultorias de empresas, no que aperfeiçoamento do modelo de Le Play (empíria e estatística); mudança do eixo epistemológico analítico/interventivo embutido no conceito de organização social para o de desenvolvimento do território, bem como sua orientação multinível – elementar, regionais, nacionais e internacionais –; inversão da tendência da lógica materialista do urbanismo de partir do ambiente construído a partir de amostra regional e populacional para considerar o índice e condições de vida e aumento do nível de consciência da desigualdade social para além do paradigma da rejeição da grande cidade (ibid.) e nova geração de planejadores na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e Escola Politécnica, principalmente na cidade de São Paulo.

Essas mudanças epistemológicas nas formas anteriores de pensar e construir a cidade e sua sociedade influenciaram até mesmo o governo militar no Brasil com seus Planos Nacionais de Desenvolvimento setorializados.<sup>30</sup> Parcelas dos quadros humanos e ideológicos da SAGMACS foram aproveitadas pelo regime, apesar de ele ter implicado à instituição em si no Brasil uma ruptura da sua estrutura física-contratual que prejudicou à sua projeção histórica-simbólica. No entanto, os militares ancorados pela Doutrina de Segurança Nacional afiliada a Monroe (América para os americanos), optaram pela substituição da ferramenta técnica e acadêmica empirista-interdisciplinar de planejamento francesa pelo tecnocrático pragmatismo americano – pesquisa e plano de subdivisão setorial – dissociado da intervenção social urbanística, que ficou a cargo dos voluntários estrangeiros do *Peace Corps*, já que a população local se via restrito o campo de atuação política participativa, o que poderia ser confundido como atividade subversiva. Esse retorno

---

30 Em 1965 surge o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) que, no entanto, aponta para uma perspectiva de planejamento integrado (setorial e global). Na capital paranaense, o planejamento urbano social e econômico vai se tornar um traço de identidades local para além do espectro acadêmico. Na década de 70 são criados os primeiros cursos de planejamento urbano e regional interdisciplinares no Brasil, no Rio Grande do Sul, posteriormente, no Rio de Janeiro.



de modelos tecnocráticos, universalistas e monolíticos por importação mimética no Brasil o torna refratário à aplicação na esfera pública oficial do planejamento urbano e regional, do fundamento anímico da pesquisa-ação e saber local de Lebrecht. O que será resgatado no Brasil, exclusive algumas experiências mais participativas como a do grupo QUADRA para a CODESO, na iminência do retorno democrático com ações de planejamento popular pontuais no interior do Paraná, Espírito Santo e Santa Catarina (Silveira, 1989). Sobre o retorno da especialização técnica e disciplinar das metodologias de análise e intervenção urbanísticas/regionalísticas em termos de reconhecimento das práticas institucionais jurídicas no âmbito do Estado, é somente a partir dos anos 80 que a favela, por exemplo, é reconhecida como lugar de direitos. Não mais, somente de descaso político e abuso policial fantasma da erradicação a significância da favela começa a adquirir, em alguns casos, áurea de patrimônio cultural e começa a suscitar iniciativas de formalização desse espaço tido como informal – como, por exemplo, o programa estadual fluminense de regularização fundiária «Cada família, Um lote» e, em 90, do Programa municipal carioca de urbanização/integração «Favela-Bairro». No entanto, quando o Plano Estratégico do Rio de Janeiro (2013-2016) prevê a redução significativa do território de favela, fica demonstrado que cidade continua a ser pensada pela visão burguesa arcaica que separa radicalmente casa/rua, público/privado, forma/informal e potente/carente.

A (re)construção urbano industrial no pós-guerra na França e no Brasil enfrentavam desafios parecidos, porém as aplicações do modelo empirista francês passaram processos de pedagogia a partir dos contextos empíricos de suas inserções profissionais, que implicaram em uma tradução cultural-científica por meio de casos concretos analógicos. Beneficiado pela concorrência na Europa com o grupo de CIAM-Le Corbusier da Carta de Atenas, o braço de atuação dessas redes de correntes do catolicismo social da E. H.-Lebrecht da Carta dos Andes ganha no Brasil e América Latina seu palco mais desafiador. Mormente a cidade do Rio de Janeiro com a falta de percepção dos desenhos [que] põe subúrbios pseudo-caóticos que tem «[...] sabor de confusão democrática, de solidariedade perfeita entre as gentes que as habitam» (Barreto, 1997, p. 78) onde se impuseram como realidades novas para testar a perenidade de suas metodologias que preservaram da França o legado leplayista. Mas, que atualmente, tem sido objeto de transmissão difusa a partir de mentes privilegiadas ala progressista da Igreja e críticas da Academia/Agências de Arquitetura e Urbanismo/ONG's de Planejamento Urbano e Regional. Já no novo milênio, a pesquisa social brasileira voltou a demandar forte parceria com a matriz culturalista de língua inglesa (EUA/UK), como outrora ocorreu com a presença dos jovens americanos do *Peaces Corps* no esforço de empreender ações sociais transformativas na favela. Dessa vez, sem redundar em importação direta, como outrora, que por muitos foi até visto como ameaça a segurança nacional (Valladares, 2005) e colaborou para o fracasso relativo da política externa oficial e voluntária americana, apesar de ela ter servido como banco de dados etnográfico para o casal de Leeds e seu grupo de pesquisa. Por meio de parcerias com entidades locais contra-hegemônicas

como o Afro *Reggee* e CUFA e liderança a pesquisadora brasileira Jacqueline Priego-Hernandez e a socióloga britânica Sandra Jovchelovitch. Iniciativa essa, da qual surgiu o guia prático de «Desenvolvimento social de base nas favelas do Rio de Janeiro» em 2015. Um documento com viés fortemente diretivo no formato questionável de «guia prático» a partir de estudos de caso, o que não havia sido possível durante a atuação do *Peace Corps* no Brasil. Já que, apesar de ser um interessante método culturalista de coleta de informação, ele aponta, paradoxalmente, para tentativa de criar uma generalização exemplar a ser copiada, no que pode coibir a fruição do etnosaber, paradoxalmente, mais presente na metodologia aparentemente estruturalista da SAGMACS com seus gráficos, mapas, tabelas, indicadores, vetores e índices de análise estatística, porém de forte cunho empirista também. Nesse sentido, o relativo esquecimento operado pela mídia, sociedade científica especializada no tocante a experiência do movimento Economia e Humanismo, em graus variados, a depender do viés disciplinar e cidade da América Latina onde atuaram, é nefasto. Justamente, por dificultar o resgate analítico analógico que permita cotejá-lo complementarmente com outras experiências de intervenção social urbana, inclusive algumas pautadas por modelos aparentemente mais relativistas que credenciam automaticamente o ponto de vista do grupo estudado. Mas, que, no fundo, não tocam na questão de possibilidades de superação de desigualdades internas desses grupos e interclasses, como a pífia inclusão social do negro no processo de modernização da sociedade «livre» competitiva que (Fernandes, 2008) o coloca na situação de discriminação dupla (sócio racial) (Castel, 2011).

## Referencias bibliográficas

- AZEVEDO, A. (2005). *O cortiço*. São Paulo: Ática, 2005.
- AZEVEDO, S. (1988). «Vinte e dois anos de política habitacional (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH». *Revista de Administração Pública*, 22(4), 107-119.
- AUGÉ, M. (2010). *Por uma antropologia da mobilidade*. Maceió: UFAL/UNESP.
- BACHELARD, G. (2008). *A poética do espaço*. Rio de Janeiro: Martins Claret.
- BARRETO, L. (1997). *Triste fim de policarpo quaresma*. São Paulo: Globo, 1997.
- BECHIMOL, J. L. (2008). «Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro». In J. Ferreira, L. A. N. Delgado (orgs), *O Brasil republicano: O tempo do liberalismo excludente - da proclamação da República à Revolução de 1930* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BERGER, P., LUCKMANN, T. (2001). *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes.
- BOAVENTURA, B. DE S. (org). (2002). *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BONDUKI, N. G. (1988). *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP.

- BOURDIEU, P. (2006). *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras.
- (1997). «Efeitos do lugar». In P. Bourdieu (org.), *Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes.
- CAMARGO, A. DE A. (1981). «A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964)». In B. Fausto (coord.), *História geral da civilização brasileira* (vol. 3, pp. 121-224). São Paulo: Difel.
- CASTEL, R. (2011). *A discriminação negativa: Cidadãos ou autóctones?* Petrópolis: Vozes.
- ELIAS, N., SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- ENGELS, F. (1979). *A questão da habitação*. Belo Horizonte: Aldeia Global.
- FELDMAN, S. (2012). «As comissões de planos da cidade na era Vargas». V. Rezende (org.), *Urbanismo na era Vargas: As transformações das cidades brasileiras*. Niterói: Editora UFF / Intertextos.
- FERNANDES, F. (2008). *A integração do negro na sociedade de classes*, (vol. 1). São Paulo: Globo.
- FREIRE, L. L., GONÇALVES, S. S., SIMÕES, S. (2010). «Uma Cruzada no Século xx». *Antropolítica*, 29(2), 201-223.
- FRIDMAN, F. (1994). «Propriedade fundiária, habitação e processo de urbanização no Rio de Janeiro». In *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 3(2-3), 79-94.
- GOMES, Â. M. DE CASTRO (1979). *Burguesia e trabalho: Política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- HABERMAS, J. (1987). «A nova intransparência: A crise do estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas». *Novos Estudos CEBRAP*, (18), 103-114.
- HALBAWACHS, M. (2004). *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro.
- IANNI, O. (1971). *Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- LAMBERT, J. (1970). *Os dois Brasis* (6ª ed.). São Paulo: Cia Editora Nacional.
- LAMPARELLI, C. M. (1995). «O ideário do urbanismo em São Paulo em meados do século XX: Louis-Joseph Lebreton e a pesquisa urbano-regional no Brasil». *Cadernos de Pesquisa do LAP*, 5, 1-54.
- LOBO, E., CARVALHO, L., STANLEY, M. (1989). *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- MARICATO, E. (2012). *Impasse urbano*. Petrópolis: Vozes.
- MEDINA, C. A. (1964). *A favela e o demagogo*. São Paulo: Martins.
- MELLO, M. A. B. C. DE (1988). «Classe, burocracia e intermediação de interesses na formação da política habitacional». *Espaço e Debates*, 8 (24), 75-85.
- MONTE MÓR, R. L. M. (2006). «As Teorias Urbanas e o Planejamento Urbano no Brasil». In C. C. Diniz, M. Crocco (orgs.). *Economia regional e urbana: Contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MOREIRA, V. M. LOSADA (2008). «Os anos JK: Industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural». In J. Ferreira, L. A. N. Delgado (orgs.). *O Brasil republicano*:

- O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe militar de 1964* (2ª ed). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PONTUAL, V. (2015). «Práticas urbanísticas, deslocamentos e cruzamentos: Louis-Joseph Lebreton e Antônio Bezerra Baltar no Brasil». *Cuadernos del CLAEH*, 34 (101), 195-214.
- RICOUER, P. (1998). *História, esquecimento e silêncio*. Campinas: Papirus.
- RIBEIRO, L. C. Q. (2009). «Proximidade territorial e distância social: Reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano». In S. Carneiro & M. J. G. Sant' Anna (orgs.), *Cidade: Olhares e trajetórias* (pp. 43-72). Rio de Janeiro: Garamond.
- ROUSSEAU, J. J. (2005). *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Martin Claret.
- SILVEIRA, R. (1989). *Planejamento urbano participativo: A experiência de Cambé - PR*. Cambé: Universidade Estadual de Londrina.
- SOARES GONÇALVES, R. (2006). «A política, o direito e as favelas no Rio de Janeiro: Um breve olhar histórico». *Revista Urbana*, 1(1), 1-23.
- TEIXEIRA, M. C. V. (2004). *O espaço projetado e espaço vivido na habitação social*. Rio de Janeiro: IPPUR.
- TURNER, J. F. C. (1972). «Freedom to Build». *O Correio da Unesco*, 4(8), 12, 33.
- TRINDADE I. (2015). «La SAGMACS en Brasil y la construcción de un nuevo método». *Cuadernos del CLAEH*, 34(101), 185-194.
- ULLMANN, R. (1993). *O solidarismo*. São Leopoldo: Unisinos.
- VALLADARES, L. (2005). *A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV.
- (1978). *Passa-se uma Casa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VESENTINI, J. W. (1987). *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática.